
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE
ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.**

entre

RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.,
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

DATADO DE
26 de outubro de 2016



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA RODO NORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RODO NORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na categoria B, com sede na Rua Afonso Pena, n.º 87, Vila Estrela, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 02.221.531/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41300015783, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A." ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures" respectivamente), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 476"),

serão realizadas com base na proposta de deliberação feita em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 26 de outubro de 2016 (“RCA Emissora”), bem como na subsequente aprovação dos acionistas da Emissora reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2016 (“AGE Emissora”), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 13, inciso (e) do seu estatuto social.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas da RCA Emissora e AGE Emissora de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na JUCEPAR e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no “Jornal da Manhã”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Arquivamento e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCEPAR, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEPAR, serem enviados tempestivamente pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.3 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP; e (c) custódia eletrônica na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos, a Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que sejam expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até o momento do protocolo de comunicação de encerramento da Emissão na CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476 (“Comunicação de Encerramento”).

2.1.6. Portaria do Ministério dos Transportes

2.1.6.1. A Emissão das Debêntures será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), e do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 (“Decreto 8.874”), sendo que determinados projetos de investimento da Emissora foram aprovados e classificados como prioritários nos termos da Portaria nº 607, de 04 de outubro de 2016, do Ministério dos Transportes (respectivamente, “Projetos de Investimento” e “Portaria do Ministério dos Transportes”).

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da malha rodoviária constituída (i) pela Rodovia BR-376, no trecho entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa, (ii) pela Rodovia BR-277, no trecho entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) pela Rodovia PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa e (iv) pelos seguintes trechos rodoviários de acessos a estas rodovias: a) PR-092 entre o entroncamento com a PR-151 (A) e o entroncamento com a PR-151(B), com 7,2 Km de extensão; b) PR-151 entre o entroncamento com a PR-239 e o entroncamento com a PR-092, com 33,12 Km de extensão; c) PR-239 entre o Rio Itararé e a PR-151 (SENGÉS), com 1,3 Km de extensão; e) PR-340 entre Ortigueira e o entroncamento com a PR-376, com 1,37 Km de extensão; e f) PR-090 entre o entroncamento com a PR-151 (B) e o entroncamento com a PR-153, com 25 Km de extensão, compreendendo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a ampliação, a operação e a exploração desta malha rodoviária, mediante a cobrança de pedágio, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos; serviços de informação ao usuário e divulgação dos trabalhos através

de publicações periódicas e informativos; organização e promoção de eventos educacionais e culturais, e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, e de conformidade com os termos do Contrato de Concessão celebrado pela Emissora e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR em 14 de novembro de 1997, em decorrência da Concorrência Internacional nº 005/96 – DER/PR, relativa ao denominado LOTE nº 05 (“Contrato de Concessão”).

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.4. Banco Liquidante e Escriturador

3.4.1. O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, atuará como banco liquidante e escriturador das Debêntures (“Banco Liquidante” e “Escriturador”).

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados para o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados aos Projetos de Investimento no âmbito das atividades ordinárias da Emissora, os quais foram classificados como prioritários nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes, conforme a Lei 12.431 e o Decreto 8.874.

3.5.2. As principais características dos Projetos de Investimento estão descritos a seguir:

Objetivo dos Projetos de Investimento	Os Projetos de Investimento têm os seguintes objetivos: (a) Duplicação da rodovia BR-376, do km 456 ao km 465; (b) Implantação de um novo dispositivo de Viaduto no Km 244 da BR-376; (c) Aquisições de veículos, equipamentos e sistemas operacionais visando principalmente à prestação de serviços de atendimento ao usuário; e (d) Manutenção do Pavimento, no Estado do Paraná.
Data de início dos Projetos	Agosto de 2012.

Investimento	
Fase dos Projetos de Investimento em 31 de julho de 2016	Aproximadamente 26% (vinte e seis por cento) dos Projetos de Investimento encontravam-se concluídos.
Data estimada para o encerramento dos Projetos de Investimento	Novembro de 2021.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização dos Projetos de Investimento	Em 31 de julho de 2016, o montante atualizado de recursos necessários para a realização dos Projetos de Investimento era de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.
Valor das Debêntures que será destinado aos Projetos de Investimento	R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais).
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas aos Projetos de Investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor rodoviário, proposto pela RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A., ocorridos no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta.
Percentual dos recursos financeiros necessários aos Projetos de Investimento provenientes das Debêntures	As Debêntures representarão aproximadamente 4% (quatro por cento) dos recursos financeiros necessários à realização dos Projetos de Investimento.

3.6. Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira

3.6.1. As Debêntures serão depositadas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a liquidação financeira realizada por meio da CETIP e a custódia eletrônica das Debêntures realizada na CETIP.

3.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos

90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.6.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”), e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), por meio da CETIP nos termos do contrato de distribuição celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.7.2. Nos termos do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, para verificação, junto aos Investidores Profissionais, da demanda pelas Debêntures de forma a definir a alocação final das Debêntures entre os investidores (“Procedimento de Bookbuilding”).

3.7.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.3.1. Fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único Investidor Profissional para os fins dos limites na Cláusula 3.7.3 acima.

3.7.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das obrigações constituídas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido).

3.7.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.7. A colocação das Debêntures será realizada por meio da CETIP, observado o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

3.7.8. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de novembro de 2016 (“Data de Emissão”).

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2021 (“Data de Vencimento”), ressalvadas a hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido) ou da realização de uma Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme abaixo definido), prevista na Cláusula 5.4 abaixo, e as hipóteses de vencimento antecipado, previstas na Cláusula 5.5 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo respectivo Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5.1 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando com garantia adicional real.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição das Debêntures, dentro do período de distribuição na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, sendo certo que as Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas na mesma data, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, à vista, em moeda corrente nacional ("Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Integralização, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definido) até a integral liquidação das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Atualização Monetária das Debêntures"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “ n ” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “ k ”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “ dup ” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, sendo “ dut ” um número inteiro.

4.4.2. Observações:

- (i) os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) o produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iv) a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.
- (v) considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

4.4.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.

4.4.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por 2 (dois) meses consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado, em substituição ao IPCA, o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil ("Taxa Substitutiva"). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura relativas às Debêntures, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.

4.4.5. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, ou depois da divulgação da Taxa Substitutiva, a mesma Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios prefixados definidos no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado à taxa correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2020 (NTNB), com vencimento em 15 de agosto de 2020, de acordo com a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA no Dia Útil anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidindo, (i) no caso do primeiro Período de Capitalização (conforme abaixo definido), da Data de Integralização até a data do primeiro pagamento de Juros Remuneratórios, e (ii) a partir do segundo Período de Capitalização, da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente subsequente.

4.5.1.2. Para efeitos da presente Escritura, "Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de

Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão, conforme previsto na Cláusula 4.5.1.4 abaixo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento.

4.5.1.3. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será ratificada por meio de aditamento desta Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCEPAR, observado o disposto na Cláusula 2.1.2.1 acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido).

4.5.1.4. Os Juros Remuneratórios de cada uma das Debêntures serão pagos em parcelas semestrais a partir da Data de Emissão, no dia 15 (quinze) dos meses de novembro e maio de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de maio de 2017 e o último pagamento na Data de Vencimento, ou ainda na data de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total ou da realização de uma Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos desta Escritura.

4.5.1.5. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [Fator Juros - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

Onde:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

taxa = taxa de juros fixa das Debêntures, a ser apurada em Procedimento de *Bookbuilding* nos termos da Cláusula 4.5.1.1 acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Pagamento do Principal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário atualizado será pago integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. *Local de Pagamento, Tratamento Tributário das Debêntures e Imunidade Tributária de Debenturista*

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431.

4.8.1.3. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, além daquelas previstas na Lei 12.431, tal Debenturista deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.4. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.3 acima, e que (i) tenha essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, (ii) deixe de

atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, (iii) tenha essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente ou (iv) tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador e/ou pela Emissora.

4.8.1.5. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.3 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.2.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso nesta Escritura, entende-se por “Dia(s) Útil(eis)” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia nesta Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.8.3. *Encargos Moratórios*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data de vencimento da obrigação pecuniária em causa.

4.9. Obrigação de Depósito e Garantia Real

4.9.1. A Emissora se obriga a depositar mensalmente, ao longo dos 6 (seis) últimos meses de vigência das Debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, por meio de depósito em conta vinculada de titularidade da Emissora, não movimentável por essa, a ser cedida fiduciariamente em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura, observados os termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Contrato de Cessão Fiduciária”). Caso, durante a vigência das Debêntures, o prazo da concessão objeto do Contrato de Concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Emissora de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar e a garantia estabelecida nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária será liberada.

4.10. Publicidade

4.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão disponibilizados na página da Emissora na Internet (<http://www.rondonorte.com.br/ri>), bem como publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no “Jornal da Manhã”, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá informar o novo veículo, por meio de publicação nos jornais anteriormente utilizados.

5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, depois de decorridos 2 (dois) anos contados da Data de

Emissão, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), condicionado ao aceite do respectivo Debenturista, em conformidade com o disposto na Lei 12.431 e observado o disposto na no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos direitos das demais Debêntures.

5.2. Amortização Extraordinária Facultativa

5.2.1. As Debêntures não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa. Para efeitos da presente Cláusula 5.2.1, entende-se por “amortização extraordinária facultativa” a opção da Emissora de amortizar antecipadamente as Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

5.3. Resgate Antecipado Facultativo

5.3.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, após transcorridos 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

5.3.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida diretamente aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ou, ainda, por meio de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10 desta Escritura (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”), e será realizado de acordo com os procedimentos da CETIP, a qual deverá ser comunicada com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência, sob a anuência do Agente Fiduciário. Adicionalmente, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à CETIP cópia do referido comunicado na mesma data de sua publicação.

5.3.3. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) e (B) abaixo,

sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emissora será dado pela diferença entre (B) e (A):

A. o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e

B. a soma dos valores a serem pagos aos Debenturistas em cada evento de pagamento a título de amortização do Valor Nominal Unitário, caso aplicável, e de pagamento dos Juros Remuneratórios, contados desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total até a Data de Vencimento das Debêntures, trazidos a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando-se uma taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis *pro rata temporis*, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, da Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTNB), com vencimento mais próximo à data de vencimento das Debêntures, apurada no terceiro Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) negativa de 0,10% (dez centésimos por cento), que deverá ser calculada com base na seguinte fórmula, observado que somente as parcelas de amortização e juros que venceriam após o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser consideradas na apuração do valor (B) e atualizada monetariamente, conforme fórmula abaixo:

$$B = \sum_{k=1}^n \left(\frac{VNE_k}{FVP_k} \times C \right)$$

Onde:

VNE_k = valor unitário de cada um dos “k” valores a serem pagos aos Debenturistas em cada evento de pagamento das Debêntures, sendo o valor de cada parcela “k” equivalente ao pagamento dos Juros Remuneratórios e/ou à amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, conforme o caso;

n = número total de eventos de pagamento a serem realizados das Debêntures, conforme o caso, sendo n um número inteiro;

FVP_k = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTNB) \times (1 - 0,0010)]^{(nk/252)}$$

NTNB = taxa interna de retorno, da Nota do Tesouro Nacional - Série B (NTNB), com vencimento mais próximo à data de vencimento das Debêntures, apurada no terceiro Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total;

n_k = número de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a data de vencimento programada de cada parcela “k” vincenda; e

C = conforme definido na Cláusula 4.4.1 acima.

5.3.4. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) informações sobre o prêmio a ser pago a título do Resgate Antecipado Facultativo Total, caso aplicável; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.3.5. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos da Cláusula 4.8.1.1 acima, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.3.6. Não será admitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.4. Oferta de Resgate Antecipado Total

5.4.1. Decorridos 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão e em conformidade com o disposto na Lei 12.431, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado com relação, exclusivamente, à totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado Total”). A Oferta de Resgate Antecipado Total será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Total mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total”) ou, ainda, por meio de publicação de anúncio a ser divulgado nos termos da Cláusula 4.10.1 desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total”), devendo a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total ou o Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme o caso, descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Total, incluindo: (a) indicação de que a Oferta de Resgate Antecipado Total abrangerá a totalidade das Debêntures; (b) indicação de que a Oferta de Resgate Antecipado

Total está sujeita à adesão da totalidade dos Debenturistas titulares de Debêntures; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures ("Data do Resgate Antecipado Total") e de pagamento aos Debenturistas; (d) a forma e o prazo de manifestação dos Debenturistas à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, com relação à respectiva aceitação da Oferta de Resgate Antecipado Total; (e) menção ao percentual do Prêmio (conforme definido abaixo), o qual não poderá ser negativo, caso existente; e (f) demais informações necessárias;

- (ii) após a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total ou a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado Total nos termos de Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme o caso, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar junto à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, no prazo disposto na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total ou no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme o caso. Posteriormente, a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, na forma prevista no item (i) acima, se houve adesão formal à Oferta de Resgate Antecipado Total por Debenturistas que detenham 100% (cem por cento) das Debêntures, devendo tal comunicação ser realizada com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da Data do Resgate Total;
- (iii) na Data do Resgate Antecipado Total, a Emissora deverá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Total, pelo valor determinado nos termos da Cláusula 5.4.2 abaixo, sendo certo que todas as Debêntures, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total, serão resgatadas em uma única data, qual seja, a Data do Resgate Antecipado Total; e
- (iv) o resgate antecipado, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total, deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência, sob a anuência do Agente Fiduciário, sendo que todas as etapas do processo de resgate antecipado, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.4.2. O valor a ser pago pelas Debêntures, em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado Total, devido pela Emissora, será equivalente ao Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures que sejam objeto do referido resgate antecipado, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios relativos às Debêntures, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Total, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos referentes às Debêntures objeto do referido resgate antecipado, devidos e não pagos até tal data; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo, conforme fórmula abaixo, aplicável a cada uma das Debêntures:

$$\text{PUresgate} = \text{PUdebênture} + (\text{Prêmio} * \text{PUdebênture})$$

Onde:

PUresgate = Valor Unitário do resgate antecipado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

PUdebênture = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Total, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos correspondentes a cada uma das Debêntures objeto do resgate antecipado, devidos e não pagos até tal data.

Prêmio = se existente, percentual (*flat*) a ser divulgado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Total ou no Edital de Oferta do Resgate Antecipado Total, conforme o caso.

5.4.3. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na Data do Resgate Antecipado Total, nos termos da Cláusula 4.8, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data e deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.5. Vencimento Antecipado

5.5.1. Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.5.1.1 e 5.5.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como dos Encargos Moratórios, se houver, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nos termos desta Escritura, não sanado pela Emissora no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;

- (ii) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures;
- (iv) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável, o que for maior, que referido não pagamento: (a) foi sanado pela Emissora ou (b) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (v) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juízo competente, contra a Emissora, que condene a Emissora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), no caso da Emissora ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da data fixada para pagamento, os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
- (vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se a Emissora validamente comprovar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da notificação do protesto, que: (a) referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (b) a Emissora prestou garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (vii) a ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que resulte na perda pela CCR S.A. (“CCR”) do controle acionário direto e indireto da

Emissora, sem prévia e expressa aprovação de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, restando desde já autorizadas as hipóteses de transferência entre empresas do mesmo grupo econômico. Para fins desta Escritura, entende-se por “controle” o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- (viii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (ix) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) alteração do objeto social disposto nesta data no Estatuto Social da Emissora, que restrinja substancialmente as atividades atualmente por esta praticadas, exceto se mantidas as atividades atualmente desenvolvidas por ela;
- (xi) término antecipado do Contrato de Concessão, ou seja, encampação, caducidade ou anulação da referida concessão;
- (xii) redução do capital social da Emissora, seja de forma individual ou por reduções agregadas, em um montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sem que haja anuência prévia de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; e/ou
- (xiii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Emissora, a ser apurado conforme indicado na Cláusula 5.5.1.4 abaixo, seja superior a 4 (quatro) vezes (“Índice Financeiro”), ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios.

Para fins do disposto no inciso (xiii) acima, entende-se por:

“Dívida Líquida” significa a somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3)

empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo; (5) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, e, ainda (6) contas a pagar com operações de derivativos, menos (a) contas a receber com operações de derivativos e (b) disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

“EBITDA Ajustado” significa, para qualquer período, o somatório dos resultados antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora acrescido de todos valores atribuíveis e sem duplicidade: (1) da depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito da concessão; (2) provisão de manutenção; e (3) apropriação de despesas antecipados, sendo certo que o EBITDA Ajustado deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses; e

“Dívida Líquida/EBITDA Ajustado” significa a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado.

5.5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i), (iv), (viii), (ix), (xi) e (xiii) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.5.2 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, na data em que tomar ciência do referido evento, declarar automaticamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo devedor das Debêntures acrescido dos Encargos Moratórios devidos, conforme o caso, nos termos da Cláusula 5.5.2 abaixo.

5.5.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.5.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, no prazo mínimo previsto em lei, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado não será decretado, se, na Assembleia Geral de Debenturistas, (i) Debenturistas titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura; ou (ii) os trabalhos forem suspensos para deliberação em data posterior.

5.5.1.3. No caso de (i) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5.1.2 (i) acima; ou (ii) não instalação, em segunda convocação, da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 5.5.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura.

5.5.1.4. O Índice Financeiro descrito na alínea (xiii) da Cláusula 5.5.1 acima será acompanhado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração do Índice Financeiro, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão.

5.5.1.5. Exclusivamente no caso do Evento de Inadimplemento descrito na alínea (xiii) da Cláusula 5.5.1 acima, o pagamento de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio, sem observância do Índice Financeiro ali previsto não será considerado um Evento de Inadimplemento caso a Emissora contrate e apresente ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas Debêntures em Circulação, emitida por um dos seguintes bancos: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal ("Cartas de Fiança"). As Cartas de Fiança emitidas deverão vigorar pelo prazo de 1 (um) ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo Agente Fiduciário à respectiva instituição financeira emissora, e revogadas por tal instituição, mediante: (a) o restabelecimento do Índice Financeiro pela Emissora em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

5.5.1.6. Fica certo e ajustado que, enquanto o Agente Fiduciário detiver Cartas de Fiança em pleno vigor, a Emissora poderá livremente distribuir dividendos e/ou pagar juros sobre capital, mesmo na hipótese prevista na alínea (xiii) da Cláusula 5.5.1 acima, sem a necessidade de contratar e apresentar Cartas de Fiança adicionais. A contratação e apresentação de Cartas de Fiança pela Emissora constituem uma faculdade à Emissora para que efetue distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, no caso de inobservância do Índice Financeiro, nos termos da alínea (xiii) da Cláusula 5.5.1 acima. Em nenhuma hipótese o não atendimento do limite correspondente ao Índice Financeiro ou a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento fará com que a Emissora esteja obrigada a contratar e apresentar Carta de Fiança de qualquer valor.

5.5.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) Dia Útil, carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem

prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura e/ou de quaisquer documentos da Oferta, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, os Encargos Moratórios, incidentes desde a data do não pagamento até a data de seu efetivo pagamento, sendo certo que, caso o pagamento das Debêntures não seja efetuado na data de vencimento antecipado das Debêntures, as Debêntures deixarão de ser custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo sua quitação realizada diretamente junto ao investidor, fora do âmbito da CETIP.

5.5.3. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.5 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.5.2 acima, no que diz respeito às Debêntures depositadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada imediatamente após a declaração de vencimento antecipado.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações caso não estejam disponíveis em sua página na Internet e/ou na página da CVM na Internet e disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet:
 - (a) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício ou semestre social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável; (2) declaração assinada por diretor, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas na presente Escritura; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; e (3) relatório consolidado da memória de cálculo do Índice Financeiro, elaborado pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ao final de cada semestre, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar

- à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia da referida assembleia;
 - (c) no menor prazo possível, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora ou que a Emissora não está autorizada a divulgar nos termos da regulamentação a ela aplicável;
 - (d) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa à validade, eficácia e/ou exequibilidade das Debêntures ou da presente Escritura;
 - (e) no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado; e
 - (f) no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o inciso (xiii) da Cláusula 7.4, todos os atos societários necessários para elaboração de tal relatório, informações financeiras e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
 - (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme abaixo definido) para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Emissora, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário o deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (vi) cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei;

- (vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (viii) notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (ix) manter os bens necessários à manutenção de suas condições de operação e funcionamento adequadamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (x) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referirem a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xi) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto (i) aqueles que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa ou (ii) cujos eventuais descumprimentos não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xiii) contratar e manter contratados os prestadores de serviços necessários para o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador e Banco Liquidante da Emissão, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (xiv) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário;
- (xv) caso a Emissora tome conhecimento de que quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura eram total ou parcialmente inverídicas, incompletas, incorretas ou insuficientes na data em que foram prestadas, notificar tal fato aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis;

- (xvi) não omitir nenhum fato de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvii) utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 3.5.1 desta Escritura;
- (xviii) cumprir, durante o prazo das Debêntures, as obrigações relevantes oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil, exceto no caso de contestar referidas obrigações de boa-fé;
- (xix) não praticar quaisquer atos em desacordo com esta Escritura, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura; e
- (xx) atender a todos os requisitos previstos na Lei 12.431, aplicáveis à presente Emissão.

6.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões do grupo da Emissora:
 - (a) na 4ª emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Via Oeste”), no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;

u  1

- (b) na 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Via Oeste, no valor total de R\$440.000.000,00 (quatrocentos e quarentas milhões de reais), com a emissão de 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures, sendo 29.000 (vinte e nove mil) debêntures relativas à 1ª série e 15.000 (quinze mil) debêntures relativas à 2ª série, ambas as séries com data de emissão em 15 de setembro de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª série é em 15 de setembro de 2017 e para a 2ª série em 15 de setembro de 2019. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (c) na 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no valor total de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), com a emissão de 56.000 (cinquenta e seis mil debêntures), em 15 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de abril de 2017. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR, no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (d) na 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no valor total de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 55.000 (cinquenta e cinco mil) debêntures, em 4 de maio de 2015, sendo a data de vencimento 4 de maio de 2018. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (e) na 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Renovias Concessionárias S.A. (“Renovias”), no valor total de

R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), com a emissão de 9.500 (nove mil e quinhentas) debêntures em 15 de janeiro de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de janeiro de 2018. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;

- (f) na 4ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em duas séries, da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor total de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), com a emissão de 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures, sendo 965.000 (novecentos e sessenta e cinco mil) debêntures para a 1ª série e 135.000 (cento e trinta e cinco mil) debêntures para a 2ª série, em 15 de outubro de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures da primeira série é 15 de setembro de 2017 e das debêntures da segunda série é 15 de outubro de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (g) na 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor total de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures em 15 de outubro de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de outubro de 2018. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (h) na 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A., no valor de R\$545.000.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco milhões de reais), com emissão de 545.000 (quinhentos e quarenta e cinco mil) debêntures, com data de emissão em 15 de outubro de 2014 e data de vencimento em 15 de outubro de 2019. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;

- (i) na 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR, no valor total de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) debêntures em 29 de julho de 2016, com vencimento em 29 de janeiro de 2019. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (j) na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia do Metro da Bahia (“MetroBahia”), no valor total de R\$610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais), com a emissão de 61.000 (sessenta e uma mil) debêntures em 10 de março de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 10 de março de 2017. A emissão conta com fiança prestada pela CCR no montante de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (k) na 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia, no valor total de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), com a emissão de 13.000 (treze mil) debêntures em 15 de outubro de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de outubro de 2019. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (l) na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória, em quatro séries para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo, no valor total de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), com a emissão de 99.000 (noventa e nove mil) debêntures da 1ª série, 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) debêntures da 2ª série, 24.750 (vinte e quatro mil e setecentas e cinquenta) debêntures da 3ª série e 24.750 (vinte e quatro mil e setecentas e cinquenta) debêntures da 4ª série, com data de emissão em 31 de março de

2106 e data de vencimento em 16 de maio de 2017. A emissão conta com as seguintes garantias: 1ª série, fiança prestada pela CCR; 2ª série, por garantia pessoal da Mitsui CO Ltd. regida por lei japonesa; 3ª série e 4ª séries, cartas de fiança bancária pela RuasInvest Participações S.A., e Odebrecht Transport Paritipações, respectivamente. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão; e

- (m) na 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória, em quatro séries para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo, no valor total de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), com a emissão de 42.000 (quarenta e dois) debêntures da 1ª série, 7.000 (sete mil) debêntures da 2ª série, 10.500 (dez mil e quinhentas) debêntures da 3ª série e 10.500 (dez mil e quinhentas) debêntures da 4ª série, com data de emissão em 30 de setembro de 2106 e data de vencimento em 16 de maio de 2017. A emissão conta com as seguintes garantias: 1ª série, fiança prestada pela CCR; 2ª série, por garantia pessoal da Mitsui CO Ltd. regida por lei japonesa; 3ª série e 4ª séries, cartas de fiança bancária pela RuasInvest Participações S.A., e Odebrecht Transport Paritipações, respectivamente. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, solicitando sua substituição, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário atualizado, pagamento e repactuação, se for o caso, dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder.

- (xv) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme indicados na Cláusula 4.10.1 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) disponibilizar, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, cujo pagamento deve ser realizado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar a Garantia Real, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;

- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. Observado o disposto nas cláusulas 5.5.1.1 a 5.5.1.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na Cláusula 7.5 (v) acima, será suficiente para que o Agente Fiduciário fique eximido da responsabilidade pela não adoção das medidas aí contempladas autorização de titulares representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.7. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 13.800 (treze mil e oitocentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o pagamento total das Debêntures. A primeira parcela será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado, o Resgate Antecipado Facultativo Total ou o resgate de todas as Debêntures no âmbito de uma Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme previsto nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, tão logo notificado.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da

data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); (v) IR (Imposto de Renda); e (vi) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

7.7.7. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.8. No caso de ocorrência de Evento de Inadimplemento, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas, taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para prestar os serviços descritos nesta Escritura a partir da emissão das Debêntures e proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Tais despesas compreendem aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iii) custos com notificações, extração de certidões;
- (iv) despesas cartorárias;
- (v) fotocópias, digitalizações, envio de documentos; e
- (vi) locomoções entre estados da federação, respectivas hospedagens, transportes e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora

7.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) especialmente convocada para esse fim.

7.11. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

7.12. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro previsto nesta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.10.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.5. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

8.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação.

8.7. Não estão incluídos no quórum a que se refere à Cláusula 8.6 acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
- (ii) as seguintes alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (a) alteração das disposições desta Cláusula 8.7 (ii); (b) alteração de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura; (c) redução da remuneração das Debêntures; (d) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (e) alteração da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; e (f) criação de evento de repactuação; e
- (iii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação, inclusive em caso de renúncia ou perdão temporário.

8.8. Para efeitos da presente Emissão (incluindo para fins de constituição de quórum), consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, sendo excluídas: (a) as Debêntures mantidas em tesouraria e (b) apenas para fins específicos de constituição de quórum, as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor ou conselheiro da Emissora, incluindo seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º (terceiro) grau.

8.9. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Companhia, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Companhia será facultativa, a não ser quando sua presença seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

8.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.11. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a Assembleia Geral de acionistas.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em qualquer das Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, desde que observados os quóruns de instalação e de deliberação estabelecidos nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de algum(ns) dos Debenturistas terem ou não comparecido na Assembleia Geral de Debenturistas em questão, ou do voto proferido por algum(ns) dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas em questão.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante que:

- (i) é uma sociedade anônima registrada na CVM na categoria B, devidamente organizada, constituída e existente em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada pelos órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas obrigações aqui previstas e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iv) esta Escritura, as obrigações da Emissora aqui previstas e as obrigações decorrentes das declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476 constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração desta Escritura, o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (1) não infringem o estatuto social da Emissora; (2) não infringem qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora; (3) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou

- (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (4) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de seus ativos;
- (vi) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e aos períodos trimestrais encerrados já divulgados no exercício de 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Companhia;
- (vii) esta cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais relevantes à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (viii) exceto conforme informado no formulário de referência, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência”), tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (ix) exceto conforme informado no Formulário de Referência, inexistem (1) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa vir a lhe causar um efeito adverso relevante que não aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras e em seu Formulário de Referência;

- (x) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeiras ou jurídica da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xii) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto (1) pelo arquivamento, na JUCEPAR, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da AGE Emissora e da RCA Emissora; (2) pelo arquivamento desta Escritura na JUCEPAR; (3) pelo depósito das Debêntures para distribuição e negociação na CETIP; (4) publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria do Ministério dos Transportes, nos termos da qual os Projetos de Investimento foram classificados como prioritários, tendo tal publicação já ocorrido no dia 04 de outubro de 2016; e (5) registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes; e
- (xiii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie das Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues por correio eletrônico, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

(i) Para a Emissora:

RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Rua Afonso Pena, 87 - Vila Estrela

Ponta Grossa-Paraná

CEP 84040-170

At.: Sr. José Alberto Moraes Rego S. Moita (Diretor Presidente) / Sr. Marcelo Pietrobelli
(Planejamento e Controle)

Tel.: (42) 3220-2910

Fax: (42) 3220-2952

E-mail: jose.moita@grupoccr.com.br / marcelo.pietrobelli@grupoccr.com.br

Com cópia para:

CCR S.A.

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia

São Paulo, SP

CEP 04.551-065

At.: Sr. Arthur Piotto (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores) / Sra. Francine
Saueia Keterer (Financeiro)

Telefone: (11) 3048-5948

Fax: (11) 3048-6379

e-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br / francine.saueia@grupoccr.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante e Escriturador:

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 11-3684-2852

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Al. Xingú, 350 - 1º andar - Alphaville

Barueri, SP

CEP 06455-030

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As obrigações assumidas nesta Escritura têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

10.3. Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

10.4. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.5. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.6. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem

implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

10.7. As Partes reconhecem esta Escritura e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

10.8. Para os fins desta Escritura, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.9. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.10. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

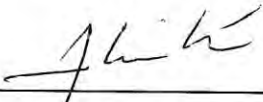
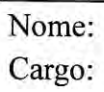
Ponta Grossa, 26 de outubro de 2016.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

4

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.)

RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

Nome: 
Cargo:  **José Alberto Moita**
Presidente

Nome: 
Cargo:  **Claudio Soares**
Diretor

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]



(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:




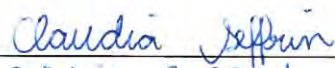
Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: **Roberta Lopes Veiga**
RG: **10.592 211-6**
RG: **CPF: 347.918.398-03**

2. 
Nome: **CLAUDIA SEFFRIN**
RG: **88529901**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

